

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 03(três) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, orçamento e Tomada de Contas, que verificou que o Projeto de Lei Nº 549/2025 de 20/01/2025, encaminhado pela mensagem nº149/2024 – AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2025, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão verificou que o Projeto de Lei tem como objetivo a destinação de recursos públicos, no montante de R\$895.000,00 (oitocentos e noventa e cinco mil reais), às seguintes entidades.:

- Associação Humanitária de Serviços Sociais de São Domingos do Prata: R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais), para manutenção das atividades.
- Hospital Nossa Senhora das Dores: R\$705.000,00 (setecentos e cinco mil reais), sendo R\$585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) destinados a complementação do Piso de Enfermagem e R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a reforma do hospital conforme exigências da Vigilância Sanitária.
- Guardo do Congo Nossa Senhora do Rosário: R\$30.000,00 (trinta mil reais)

O Projeto tem dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual, em análise, a Comissão constatou que o referido Projeto está de acordo com a Constituição Federal e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº101/2000).

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº549/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.


OSCAR MARTINS DA SILVA

PRESIDENTE


MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAUJO

SECRETÁRIO


CAIO MAGALHÃES NUNES

MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 17 (dezesete) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que o Projeto de Lei Nº 550/2025 de 03/02/2025, encaminhado pela mensagem nº151/2025 – INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão verificou que o objetivo do Projeto de Lei é a criação do Programa de recuperação Fiscal (REFIS) no Município de São Domingos do Prata-MG.

As Comissões analisaram e constataram que o referido Projeto está em total acordo com impacto orçamentário e em adequação com às normas de Responsabilidade Fiscal,

O Programa REFIS, implicará uma redução temporária nas receitas municipais, mas é prevista de forma detalha no Projeto, assim como as contrapartidas que o Município poderá adotar para equilibrar a situação.

A Comissão concluiu que o Projeto está em conformidade com as normas gerais do Direito Tributário e que com o devido planejamento e a disponibilização de recursos humanos e materiais, o Programa será viável administrativamente.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº550/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.


OSCAR MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE


MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
SECRETÁRIO


CAIO MAGALHÃES NUNES
MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 17 (dezessete) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que o Projeto de Lei Nº 551/2025 de 03/02/2025, encaminhado pela mensagem nº152/2025 – DISPÕE SOBRE A PERMISSÃO PARA A IMPLANTAÇÃO VIVER- VIZINHAÇA INTEGRADA PARA VALORIZAÇÃO ESTRATÉGICA REGIONAL POLÍTICA DE GESTÃO INTEGRADA DE ACORDOS BILATERAIS, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE NOVA ERA E SÃO DOMINGOS DO PRATA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão verificou que o Projeto de Lei em análise tem o objetivo de autorizar a implementação do Programa VIVER, com o objetivo de estabelecer parcerias entre os municípios citados para execução de obras compartilhadas, intercâmbio de experiências em gestão pública promoção de atividades esportivas e culturais conjuntas, compras públicas compartilhadas e credenciamento de artistas locais.

O Projeto encontra respaldo no princípio da cooperação federativa, previsto nos artigos 21 e 241 da CF.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº551/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.



OSCAR MARTINS DA SILVA

PRESIDENTE



MARCELO FABIO MANCUZO DE ARAUJO

SECRETÁRIO



CAIO MAGALHÃES NUNES

MEMBRO

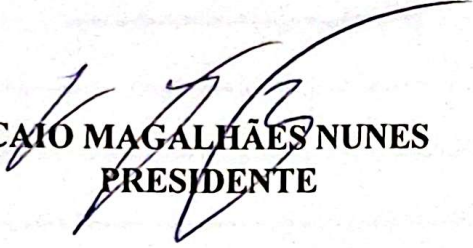
Ata da reunião da Comissão de Legislação, Justiça e de Redação. No dia 17 (dezesete) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Legislação, Justiça e de Redação, que verificou que o **Projeto de Lei Nº 552/2025 de 10/02/2025, encaminhado pela mensagem nº153/2025 – DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL PREVISTA NO ART.37 X DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E REAJUSTEDOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO DOMINGOS DO PRATA/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, e Projeto de Lei Complementar Nº 064/2025 de 10/02/2025, encaminhado pela mensagem nº154/2025 – ATUALIZA EM CARÁTER TRANSITÓRIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, ATÉ QUE SEJA EDITADA A LEI ESPECÍFICA PREVISTA NOS TERMOS DO INCISO XII DO ART. 212 A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O VALOR DO PISO SALARIAL PROFISIONAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, de autoria do Poder Executivo Municipal e o **Projeto de Resolução nº071/2025 – DISPÕE SOBRE REVISÃO ANUAL DA REMUNERAÇÃO E DO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, INCISO X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGO 65, I DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, de autoria da mesa diretora.

A Comissão verificou que o Projeto de Lei em tela visa a revisão geral anual e o reajuste salarial dos servidores públicos do município de São Domingos do Prata. Em análise foi verificado que há recursos suficientes, e que revisão não viola as condições fiscais estabelecidas pela LDO, ou seja, o Projeto de Lei está em conformidade com a Lei.

Em análise ao Projeto de Lei Complementar nº064/2025, a Comissão Verificou que o intuito é estabelecer, de forma transitória, o reajuste do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica pública municipal para o exercício financeiro de 2025. O Projeto está em conformidade com a Lei nº14.113/202, que regulamenta o novo FUNDEB. Em análise ao impacto orçamentário-financeiro contido no Anexo I do Projeto, constam que o reajuste de 6,27% proposto é viável, o impacto gerado será coberto pelos recursos do FUNDEB, conforme estabelecido no Projeto de Lei.

Em análise ao Projeto de Resolução nº071/2025 que visa sobre a revisão anual da remuneração e o reajuste salarial dos servidores da Câmara Municipal de São Domingos do Prata/MG, conforme os termos artigo 37, inciso X, da CF e artigo 65, inciso I, da lei Orgânica Municipal. A revisão salarial se baseia no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 4,77%, referente à inflação, com um reajuste adicional de 5,23%, totalizado um aumento de 10% para os vencimentos dos servidores. Em relação a legalidade, o Projeto se encontra em conformidade com o disposto na Constituição Federal. O reajuste dos servidores da Câmara Municipal de São Domingos do Prata, será custeado com os recursos oriundos da dotação orçamentária desta Casa Legislativa.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº552/2025, ao Projeto de Lei Complementar nº064/2025 e ao Projeto de Resolução nº071/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.



CAIO MAGALHÃES NUNES
PRESIDENTE

VANDEL XISTO PAPA DE PAULA
SECRETÁRIO



MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 03 (três) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que o **Projeto de Lei Complementar Nº 065/2025 de 17/02/2025, encaminhado pela mensagem nº155/2025 – DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, de autoria do Poder Executivo Municipal e a **Emenda ao Projeto de Lei Complementar Nº065/2025 de 06/03/2025 – ALTERA O ARTIGO 31 DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº065/2025, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, de autoria dos seguintes Vereadores: LUIZA PINTO DOMINGUES – MARCOS AUGUSTO MENDES BRAGA – MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO – VANDEL XISTO PAPA DE PAULA – CAIO MAGALHÃES NUNES – EDMILSON ESTEVAM – GESSY MARTINS JUNIOR – OSCAR MARTINS DA SILVA.

A Comissão verificou que o objetivo do Projeto de Lei Complementar trata da reorganização da administração do Poder Executivo Municipal de São Domingos do Prata. A proposta visa modernizar a gestão pública, reestruturando órgãos e entidades municipais, redefinindo cargos em comissão e funções gratificadas, além de criar novas secretarias.

Em análise mais detalhada ao Projeto, foi apresentado ao Executivo Municipal uma Emenda que altera o ART.31 do referido Projeto, que passa a constar com a seguinte redação:

“Art.31 Dos cargos em comissão a serem criados por esta Lei, e a serem providos pelo Poder Executivo Municipal De São Domingos do Prata, haverá uma reserva mínima obrigatória de 30% (trinta por cento) destinadas a servidores efetivos.”

Após várias análises, foi constatado que o Projeto de Lei Complementar 065/2025 esta em conformidade com a Lei, não havendo impedimentos para sua aprovação.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº551/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.


OSCAR MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE


MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
SECRETÁRIO


CAIO MAGALHÃES NUNES
MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 07 (sete) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que o Projeto de Lei Nº 554/2025 de 20/02/2025, encaminhado pela mensagem nº156/2025 – RATIFICA A QUARTA ALTERAÇÃO REALIZADA NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E ESTATUTO/CONTRATO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão verificou que o Projeto de Lei em análise tem o objetivo de garantir que as modificações realizadas no consórcio, que são objeto de decisão a Assembleia Geral do CORSAB, sejam formalmente ratificadas pelo Município de São Domingos do Prata.

O projeto está em conformidade com as normas legais e em relação ao impacto orçamentário, foi verificado que as modificações não implicam em aumento de despesas ou em comprometimento significativo dos recursos municipais.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº554/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.



OSCAR MARTINS D SILVA
PRESIDENTE



MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
SECRETÁRIO



CAIO MAGALHÃES NUNES
MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 07 (sete) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que Projeto de Lei Nº 555/2025 de 11/03/2025, encaminhado pela mensagem nº158/2025 – DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE VEÍCULO TIPO VAN PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão verificou que o Projeto de Lei, tem como finalidade de doação de um veículo van (FIAT/DUCATO MINIBUS 16 passageiros) à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O Projeto encontra respaldo na Lei nº8.666/1993 (Lei de Licitações e Contrato), que prevê a possibilidade de alienação de bens móveis na Administração Pública.

Assim, o Projeto de Lei apresentado está em conformidade com os princípios da administração pública.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº555/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.


OSCAR MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE


MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
SECRETÁRIO


CAIO MAGALHÃES NUNES
MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 22 (vinte e dois) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que **Projeto de Lei Nº 556/2025 de 04/04/2025**, encaminhado pela mensagem nº159/2025 – **DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº328/2005 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E DA LEI Nº329/2005 QUE INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS** e o **Projeto de Lei Complementar Nº 066/2025 de 04/04/2025**, encaminhado pela mensagem nº160/2025 – **ALTERA O ITEM 14 DA TABELA II DO ARTIGO 183 E CORRIGE A TABELA DO ART.275 DA LEI COMPLEMENTAR Nº058, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021, de autoria do Poder Executivo Municipal.**

A Comissão verificou que o **Projeto de Lei** em tela objetiva promover uma nova disciplina legal ao Conselho Municipal de Habitação e ao Fundo Municipal de Habitação, atualizando e substituindo integralmente as Leis Municipais nº328/2005 e nº.329/2005.

A proposta visa reforça a participação da sociedade na formulação e execução de políticas públicas vinculados ao Fundo Municipal de Habitação.

O Projeto encontra respaldo jurídico na Constituição Federal, que em seu artigo 6º reconhece a moradia como um direito social.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº556/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.

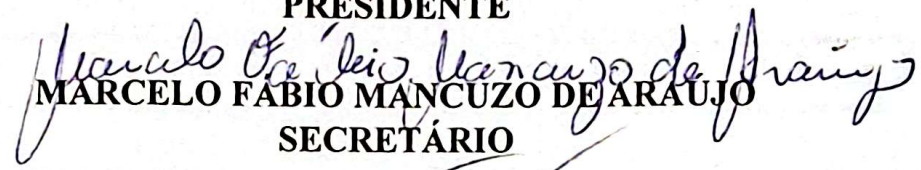
A Comissão verificou que o **Projeto de Lei Complementar** em análise tem o objetivo de alteração no item 14 da Tabela II do artigo 183 da Lei Complementar Municipal nº058/2021, que trata da alíquota do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN). A proposta visa de 3% para 2% a alíquota incidente sobre determinados serviços relacionados à manutenção, conservação, assistência técnica e outros serviços similares.

A proposta, trata-se, nesse caso, de uma medida preventiva e estratégica do Município para manter a competitividade fiscal e evitar a saída de empresas locais para municípios vizinhos com alíquota mais baixas.

Não se trata de renúncia, mas sim de adequação tributária com fundamento em interesse público relevante, qual seja, a preservação de empregos, o fomento à atividade econômica e a manutenção da arrecadação municipal em patamar compatível com a realidade do mercado regional.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº066/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.


OSCAR MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE


MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
SECRETÁRIO


CAIO MAGALHÃES NUNES
MEMBRO

Ata da reunião da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. No dia 22 (vinte e dois) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco) reuniram-se na sala dos Vereadores a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, que verificou que **Projeto de Lei Nº 557/2025 de 07/04/2025**, encaminhado pela mensagem nº161/2025 – INSTITUI O DIA DO EVANGÉLICO COMO FERIADO MUNICIPAL, A SER CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA 31 DE OUTUBRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS e o **Projeto de Lei Complementar Nº 066/2025 de 04/04/2025**, encaminhado pela mensagem nº160/2025 – ALTERA O ITEM 14 DA TABELA II DO ARTIGO 183 E CORRIGE A TABELA DO ART.275 DA LEI COMPLEMENTAR Nº058, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021, de autoria do Poder Executivo Municipal.

A Comissão verificou que o **Projeto de Lei** em tela tem como finalidade, institui no âmbito do Município, o “Dia do Evangélico” como feriado municipal a ser celebrado no dia 31 de outubro.

De acordo com Lei Federal nº9.093/1995, os municípios podem instituir até quatro feriados religiosos, por meio de lei municipal. Portanto, desde que o município de São Domingos do Prata não ultrapasse o limite de quatro feriados locais, a instituição do Dia do Evangélico é plenamente lícita e legítima do ponto de vista formal.

O projeto não acarreta criação de despesas públicas diretas, o que está em conformidade com os princípios da responsabilidade fiscal e equilíbrio financeiro.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei nº557/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.

A Comissão verificou que o **Projeto de Lei Complementar** em análise tem o objetivo de alteração no item 14 da Tabela II do artigo 183 da Lei Complementar Municipal nº058/2021, que trata da alíquota do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISSQN). A proposta visa de 3% para 2% a alíquota incidente sobre determinados serviços relacionados à manutenção, conservação, assistência técnica e outros serviços similares.

A proposta, trata-se, nesse caso, de uma medida preventiva e estratégica do Município para manter a competitividade fiscal e evitar a saída de empresas locais para municípios vizinhos com alíquota mais baixas.

Não se trata de renúncia, mas sim de adequação tributária com fundamento em interesse público relevante, qual seja, a preservação de empregos, o fomento à atividade econômica e a manutenção da arrecadação municipal em patamar compatível com a realidade do mercado regional.

O Projeto, ora apresentado, está em consonância com as regras que regem a legalidade e conceitos constitucionais. Não havendo impedimento a tramitação normal da presente matéria, emitimos VOTO FAVORAVEL do Projeto de Lei Complementar nº066/2025, por unanimidade, contudo, necessária a apreciação desta Colenda Casa Legislativa.


OSCAR MARTINS DA SILVA
PRESIDENTE


MARCELO FÁBIO MANCUZO DE ARAÚJO
SECRETÁRIO


CAIO MAGALHÃES NUNES
MEMBRO